



ESNA – Europe Startup Nations Alliance, Associação

Consulta Prévia CPG n.º 05/2024 - Aquisição de serviços especializados de consultoria para “Desenvolvimento de um catálogo digital das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups”

CONVITE

Convite à apresentação de propostas

Na sequência da decisão de contratar adotada pelo Conselho de Administração da ESNA, associação de direito privado sem fins lucrativos com sede social na Avenida da República, n.º 79-A, 1069-218 Lisboa, freguesia das Avenidas Novas, concelho de Lisboa, com o número de pessoa coletiva 516 715 607, datada de 27 de junho de 2024, vem convidar V. Exa. a apresentar proposta no âmbito do procedimento pré-contratual de “Aquisição de serviços especializados de consultoria para Desenvolvimento de um catálogo digital das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups” – CPG n.º 05/2024».

O presente procedimento de Consulta Prévia foi adotado, atento o respetivo preço base, ao abrigo do disposto no artigo 20.º, n.º 1, alínea c), do Código dos Contratos Públicos (“CCP”).

Para o efeito, informa-se que:

1. Objeto do contrato

O contrato a celebrar tem por objeto a “Aquisição de serviços especializados de consultoria para Desenvolvimento de um catálogo digital das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups”, com as especificações melhor descritas no Caderno de Encargos.

2. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a ESNA – Europe Startup Nations Alliance, Associação, na qualidade de membro do Consórcio Startup Portugal & ESNA, com sede social na Avenida da República, n.º 79-A, 1069-218 Lisboa, freguesia das Avenidas Novas, concelho de Lisboa, com o número de pessoa coletiva 516 715 607.

3. Preço base

O valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações contratuais é € 74.000,00 (setenta e quatro mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

4. Documentos da proposta

4.1 A Proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do Convite;
- b) Documento que identifique a equipa afeta à execução do contrato a celebrar e respetivos *curricula vitae*;
- c) Proposta financeira que deve conter o preço global da prestação de serviços, ao qual deverá acrescer a taxa de IVA aplicável, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo II** deste Convite;
- d) Certidão Comercial Permanente ou documento equivalente devidamente atualizado;
- e) Documento comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo.

2

4.2 Os documentos referidos neste ponto devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

5. Língua dos documentos

Os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, devem os concorrentes fazê-los acompanhar de um dos seguintes documentos:

- a) Tradução devidamente legalizada; ou
- b) Tradução não legalizada, mas acompanhada de declaração assinada do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

6. Prazo para a apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica [AcinGov](#), até às 23h59 do 9.º (nono) dia a contar da data do envio do presente Convite.

7. Modo de apresentação da proposta e propostas variantes

7.1. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados em suporte digital em formato não editável *Pdf**, através da plataforma eletrónica [AcinGov](#), devendo a sua receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta.

7.2. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

8. Pedidos de Esclarecimento

Qualquer esclarecimento das peças do procedimento que seja necessário deverá ser solicitado ao Júri do Procedimento até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, devendo os esclarecimentos ser prestados pelo Júri do Procedimento até ao segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

9. Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

10. Prazo de manutenção das propostas

O prazo de obrigação de manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

11. Critério de adjudicação

Nos termos do disposto no artigo 74.º do CCP, a adjudicação será feita de acordo com o critério a proposta economicamente mais vantajosa para a Entidade Adjudicante determinada pela avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, ou seja, a

3

proposta de mais baixo preço. Em caso de empate de propostas, o desempate entre essas será feito através de sorteio a promover pelo Júri do Procedimento, na presença dos concorrentes empatados, que serão notificados via plataforma eletrônica com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias. Considerar-se-á classificado na 1.ª posição o concorrente que retirar a bola de cor branca.

12. Documentos de habilitação

- 12.1. O adjudicatário deve entregar no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação os seguintes documentos de habilitação:
- a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do anexo II do CCP;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- 12.2. Na eventualidade de serem detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, será concedido um prazo de 2 (dois) dias úteis para a respetiva supressão.

13. Prestação da Caução

Não é exigível caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

14. Financiamento

A prestação de serviços objeto do presente procedimento enquadra-se no financiamento do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), no âmbito da Componente C16-i02, Transição Digital das Empresas, nos termos da Orientação Técnica n.º 06/C16-i02/2022.

15. Consulta Preliminar ao Mercado

O presente procedimento foi precedido de uma consulta preliminar ao mercado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 35.º-A do CCP, pelo que todas as participações realizadas e contributos recebidos pela entidade adjudicante estão integralmente disponíveis para consulta por quaisquer interessados, bastando, para o efeito, que seja solicitada essa consulta.

16. Legislação Aplicável

Em tudo quanto for omissa na presente carta convite observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Anexo I – Declaração a que se refere a alínea a) do ponto 4.1 do Convite

1 - [●] (indicar nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) [●] (indicar firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de «*Consulta Prévia para a aquisição de serviços especializados de consultoria para Desenvolvimento de um catálogo digital das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups*» – CPG n.º 05/2024» e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) [●]

b) [●]

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[●] (indicar local), [●] (indicar data), [●] [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

(a que se refere a alínea c) do ponto 4.1 do Convite)

Proposta Financeira

[●] (indicar nome, número de documentação de identificação, estado civil, profissão, e morada), na qualidade de representante legal da sociedade [●] (indicar firma, número de identificação fiscal e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de “-«Aquisição de serviços especializados de consultoria para “Desenvolvimento de um catálogo digital das melhores práticas de mercado referentes ao ecossistema de start-ups” CPG – n.º 05/2024 » a que se refere a carta convite datada de [●], propõe-se executar todas as prestações contratuais que constituem o objeto do contrato a celebrar, pelo preço total de [● euros] [por extenso], nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos.

Às quantias supra mencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor.

Local e Data: _____, ____/____/____

Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente